

RECURSO ESPECIAL Nº 1.788.553 - RS (2018/0336519-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : V A P
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PENAL. LESÃO CORPORAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 46 E 60, § 2º, AMBOS DO CP. PLEITO DE AFASTAMENTO DA CONCEDIDA SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE, INFERIOR A 6 MESES, POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE. QUESTÃO PREJUDICADA. DECISÃO PROFERIDA NO HC N. 476.917/RS.
Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **V A P**, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul na Apelação Criminal n. 70078227287 (fls. 162/166).

O recurso especial aponta a violação dos arts. 46 e 60, § 2º, ambos do Código Penal, mantida *a substituição de pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, consistente em prestação de serviços à comunidade, em que pese a pena importa ser inferior a 6 meses* (fl. 164).

Assevera que *resta claro que a legislação vigente não permite que penas inferiores a 6 meses sejam substituídas por restritivas de direitos de prestação de serviços à comunidade, mas apenas por outra modalidade, como a multa, por exemplo, havendo ainda a possibilidade de aplicação apenas da pena de multa substitutiva, prevista o art. 60, § 2º, do Código Penal* (fl. 165).

Pede o conhecimento e o provimento do recurso.

Oferecidas contrarrazões (fls. 172/174), o recurso especial foi

admitido na origem (fls. 176/182).

RECURSO ESPECIAL. LESÃO CORPORAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PENA NÃO SUPERIOR A 06 MESES. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE. SUSPENSÃO DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ADMITIDO.

O Ministério Público Federal opina pelo provimento da insurgência (fls. 196/197).

RECURSO ESPECIAL. PENAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE COMO CONDIÇÃO PARA A SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA. IMPOSSIBILIDADE, NO CASO. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE INFERIOR A SEIS MESES. INTELIGÊNCIA DO ART. 46 DO CÓDIGO PENAL. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. Pelo provimento do recurso especial para afastar a prestação de serviços à comunidade como condição para a suspensão condicional da pena privativa de liberdade do recorrente.

É o relatório

O pleito encontra-se prejudicado, haja vista o pedido contido no presente recurso especial: decote da concedida substituição da pena privativa de liberdade por prestação de serviços à comunidade; e por ter sido apreciado no *Habeas Corpus* n. 476.917/RS, de minha relatoria, no qual o recorrente figurou como paciente (DJe 5/11/2018, trânsito em julgado em 12/11/2018).

Essa foi a fundamentação lançada na decisão proferida do mencionado *writ*:

[...]

A ordem comporta concessão de plano.

O acórdão encontra-se contrário ao entendimento desta Corte de que, na suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal), pode-se impor, como condição do benefício, a prestação de serviços à comunidade, desde que a pena privativa de liberdade seja superior a 6 meses, nos termos do art. 46 do Código Penal.

Nesse sentido, o HC 440.286/RS, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 20/06/218; e o HC n. 307.103/MG, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 25/03/2015.

Dessa forma, **com base nos precedentes acima mencionados, impõe-se**

o acolhimento, em parte, da pretensão aqui formulada para que a prestação de serviços à comunidade, fixada pela origem, seja substituída pela limitação de final de semana, como condição para a concessão da suspensão condicional da pena.

Sobre a imposição da limitação de fim de semana, a doutrina pátria esclarece que cabe *ao juiz da execução determinar a intimação do condenado, cientificando-o do local, dias e horários em que deverá cumprir a pena, a qual terá início a partir da data do primeiro comparecimento [...]* (MASSON, Cleber Rogério. Código Penal Comentado. São Paulo: Método, 4ª ed., 2016, p. 466).

Ante o exposto, concedo liminarmente a ordem para substituir a prestação de serviços à comunidade pela limitação de final de semana como condição da suspensão da pena imposta ao paciente.

Publique-se.

[...]

Ante o exposto, em razão da constatada prejudicialidade do pedido formulado, e com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator